



## SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

### PL 113/2026

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.
- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências (especialmente art.
- Lei Federal nº 13.731, de 08 de novembro de 2018, que dispõe sobre mecanismos de financiamento para arborização urbana e recuperação de áreas degradadas;
- Lei Orgânica do Município de São Paulo;
- Lei Municipal nº 10.365, de 22 de setembro de 1987, que disciplina o corte e a poda de vegetação de porte arbóreo existente no município de São Paulo, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 11.540, de 25 de maio de 1994, que dispõe sobre a obrigatoriedade de exame e pulverização periódica das árvores do Município de São Paulo, a fim de combater a ação dos cupins e preservar o meio ambiente.
- Lei Municipal nº 14.186, de 04 de julho de 2006, que institui o Programa Municipal de Arborização Urbana, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.723, de 15 de maio de 2008, que institui, no Município de São Paulo, o Programa de Aproveitamento de Madeira de Podas de Árvores – PAMPA;
- Lei Municipal nº 14.933/2009, que institui a Política Municipal de Mudança do Clima, com medidas para redução de emissões, adaptação climática e promoção da sustentabilidade ambiental.
- Lei Municipal nº 15.428, de 26 de agosto de 2011, que cria o Programa de Requalificação Arbórea e Ambiental da Cidade de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.572, de 9 de maio de 2012, que determina a adoção dos critérios socioambientais que especifica no desenvolvimento e implantação de políticas, programas e ações pelo Poder Público Municipal, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.572, de 9 de maio de 2012, que determina a adoção dos critérios socioambientais que especifica no desenvolvimento e implantação de políticas, programas e ações pelo Poder Público Municipal, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 15.910, de 27 de novembro de 2013, que dispõe sobre a criação e organização de Conselhos Gestores dos Parques Municipais;
- Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002;
- Lei Municipal nº 16.137, de 16 de março de 2015, que permite a delegação de competência para autorização de manejo e dá providências correlatas;
- Lei Municipal nº 16.212, de 10 de junho de 2015, que dispõe sobre a gestão participativa das praças do Município de São Paulo;



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO  
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, - Plano Diretor Estratégico (PDE);

- Lei Municipal nº 17.794, de 27 de abril de 2022, que disciplina a arborização urbana, quanto ao seu manejo, visando à conservação e à preservação, e dá outras providências.

PL 115/2026 CRIA O “COMPENSÔMETRO”, PORTAL DE TRANSPARÊNCIA ACERCA DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.

PL 1562/2025 DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS DE EQUIVALÊNCIA ECOLÓGICA E HIERARQUIA DE COMPENSAÇÃO ARBÓREA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 17.794, DE 27 DE ABRIL DE 2022 [DISCIPLINA A ARBORIZAÇÃO URBANA, QUANTO AO SEU MANEJO, VISANDO À CONSERVAÇÃO E À PRESERVAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 1189/2025 INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE ERRADICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DA PLANTA EXÓTICA LEUCENA (LEUCAENA LEUCOCEPHALA) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 1022/2025 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS TERMOS DE COMPROMISSO AMBIENTAL (TCA) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 1538/2025 INSTITUI O PROGRAMA “TELHADO VIVO PAULISTANO”, QUE CRIA A REDE MUNICIPAL DE COBERTURAS VERDES COMUNITÁRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 1014/2025 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS TERMOS DE COMPROMISSO AMBIENTAL (TCA) NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 378/2025 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE CRIAÇÃO DO PROGRAMA VAGAS VERDES NAS VIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



PL 176/2025 DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DA ARBORIZAÇÃO VIÁRIA DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 1507/2025 DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO PLANTIO DE ESPÉCIES VEGETAIS TÓXICAS PARA ANIMAIS EM PRAÇAS, PARQUES E DEMAIS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, ESTABELECE DIRETRIZES DE FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 689/2024 VEDA A UTILIZAÇÃO DE CONTRAPARTIDAS, OBRIGAÇÕES E COMPENSAÇÕES NAS ÁREAS DE PARQUES E PRAÇAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 678/2021 DISPÕE SOBRE A DISPONIBILIZAÇÃO DOS TERMOS DE COMPROMISSO AMBIENTAL (TCA) E TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) FIRMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PR 52/2021 INSTITUI O PROGRAMA CARBONO ZERO PARA NEUTRALIZAR AS EMISSÕES DE CARBONO GERADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

PL 329/2018 DISPÕE SOBRE A ARBORIZAÇÃO URBANA E ESTABELECE AS REGRAS PARA O PLANTIO, SUPRESSÃO E A PODA DE VEGETAÇÃO DE PORTE ARBÓREO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 640/2018 DISPÕE SOBRE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS COM BASE NA COBERTURA VEGETAL SIGNIFICATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 616/2016 DETERMINA QUE SEJAM DISPONIBILIZADAS INFORMAÇÕES SOBRE TERMOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E TERMOS DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PL 1346/2025 DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE MICROFLORESTAS URBANAS COMUNITÁRIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**  
PROCURADORIA

PL 666/2025 DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DE MAPAS DE CALOR URBANO DA CIDADE DE SÃO PAULO, COM METAS DE PLANTIO DE ÁRVORES OU AÇÕES DE MITIGAÇÃO TÉRMICA POR SUBPREFEITURA.

PL 338/2025 DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE PLANTIO E CONSERVAÇÃO, PELO PODER PÚBLICO, DE NO MÍNIMO UMA ÁRVORE DE ESPÉCIE NATIVA EM FRENTE A CADA IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

PL 224/2025 DISPÕE SOBRE AS BASES PARA ELABORAÇÃO DA “POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENÇÃO ÀS EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS E O COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL” NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JPL 396/2024 ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 14 DA LEI Nº 17.794, DE 27 DE ABRIL DE 2022, QUE “DISCIPLINA A ARBORIZAÇÃO URBANA, QUANTO AO SEU MANEJO, VISANDO À CONSERVAÇÃO E À PRESERVAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

PL 98/2024 “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE ARBORIZAÇÃO URBANA EFICIENTE NA CIDADE DE SÃO PAULO, PARA O CUIDADO DAS ÁRVORES, E FIXA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 06 de abril de 2026.

Cintia Talarico da Cruz  
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia  
OAB/SP 155.068